



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª VARA DO TRABALHO DE BAURU - 0005

[1501 a 2000 processos]

Entre os dias 05 e 09 do mês de março de 2018, o Excelentíssimo Senhor Desembargador do Trabalho **SAMUEL HUGO LIMA**, Corregedor Regional, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 1/2018, divulgado em 19/12/2017 no DEJT (Edição 2377/2017 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 4). Presentes a Juíza Titular ANA CLÁUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA e o Juiz Substituto BRENO ORTIZ TAVARES COSTA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correccionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Ayrton Rocha, Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki
Jurisdição Atendida:	AGUDOS, AREALVA, AVAI, BAURU, DUARTINA, LUCIANOPOLIS, UBIRAJARA, PRESIDENTE ALVES, PIRATININGA, PAULISTANIA, IACANGA, CABRALIA PAULISTA
Lei de Criação:	3.873/61
Data de Instalação:	20/10/1962
Data de Instalação do PJE:	25/06/2014
Data da Última Correição:	20/02/2017
Acervo Físico/Acervo Total:	10 %
Acervo PJe/Acervo Total:	90 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
ANA CLAUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA	18/08/2014

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
06/03/2017 a 07/03/2017	PLANTAO JUDICIARIO COMPENSACAO
22/04/2017 a 22/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
23/04/2017 a 23/04/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
06/05/2017 a 06/05/2017	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
15/05/2017 a 13/06/2017	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
21/06/2017 a 20/07/2017	FERIAS
14/11/2017 a 13/12/2017	FERIAS
05/01/2018 a 05/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
06/01/2018 a 06/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
07/01/2018 a 07/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
28/01/2018 a 28/01/2018	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/02/2017 a 14/02/2018]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
BRENO ORTIZ TAVARES COSTA	07/01/2017 a 19/12/2017
BRENO ORTIZ TAVARES COSTA	08/01/2018 a 23/02/2018

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/05/2017 a 13/06/2017	FERIAS
07/06/2017 a 11/06/2017	LICENCA PATERNIDADE
07/06/2017 a 13/06/2017	SUSPENSAO DE FÉRIAS
12/06/2017 a 26/06/2017	LICENCA PATERNIDADE PRORROGACAO
27/06/2017 a 03/07/2017	FERIAS
11/09/2017 a 10/10/2017	FERIAS

NOME	PERÍODO
CAROLINA POPOFF FERREIRA DA COSTA	09/10/2017 a 11/10/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
ERIKA RODRIGUES PEDREUS MORETE	15/05/2017 a 16/05/2017

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JEFERSON PEYERL	17/05/2017 a 15/06/2017
JEFERSON PEYERL	16/06/2017 a 20/06/2017
JEFERSON PEYERL	21/06/2017 a 09/07/2017
JEFERSON PEYERL	10/07/2017 a 18/07/2017

Afastamentos: Não houve



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provisamento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
APARECIDA MARLI FORNAZIERO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	14/03/1994
ATEMILSON OLIVEIRA DOS ANJOS	REQ	FC-01 EXECUTANTE	10/01/1994
FERNANDA BELUCA VAZ	REQ	FC-02 ASSISTENTE	02/07/2014
FERNANDO CESAR GOULART	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	01/09/2012
MARIANA PENALVA FELICIO TONELLO	REQ	FC-02 ASSISTENTE	13/02/2012
PAULA BURQUE BESSON BOCONCELO	REQ	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	06/10/2014
REGINA CELIA TORQUATO BOCK BITENCOURT	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	03/11/2011
REJANE CRISTINA CARDOSO PELISSARI	TJA	-	09/09/2013
SILVIA RENATA BRICKS ZAMBONI QUINTILIANO	TJA	FC-04 CALCULISTA	25/06/2012
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			5
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			4



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Correção Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	16
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM RECESSO	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	23
TOTAL	40



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/12/2017]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
GABRIEL GARCIA MARTINAO	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/03/2017
MAYRA ROBERTA RODRIGUES DE LIMA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/02/2017



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [02/2017 a 12/2017]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
ANA CLAUDIA PIRES FERREIRA DE LIMA	77
BRENO ORTIZ TAVARES COSTA	30
JEFERSON PEYERL	58

SERVIDORES	HORAS
APARECIDA MARLI FORNAZIERO	360



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	516	827	544
	Aguardando encerramento da instrução	863	664	782
	Aguardando prolação de sentença	133	122	106
	Aguardando cumprimento de acordo	244	326	282
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.118	1.257	1.108
	Pendentes de finalização		2.874	3.196
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	502	355	618
	Liquidados pendentes de finalização na fase	328	237	381
	Pendentes de finalização	830	591	999
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	793	859	859
	Encerrados pendentes de finalização na fase	70	63	69
	Pendentes de finalização	863	924	929
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	1	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	3	15	19
TOTAL		4.570	4.727	4.767

CORREIÇÃO ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	516	823	590
	Aguardando encerramento da instrução	937	740	808
	Aguardando prolação de sentença	107	115	96
	Aguardando cumprimento de acordo	292	267	284
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.199	3.025	2.925
	Subtotal		3.051	3.108
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	578	424	660
	Liquidados pendentes de finalização na fase	500	341	475
	Subtotal	776	607	871
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	885	839	924
	Encerrados pendentes de finalização na fase	728	480	756
	Subtotal	1.320	950	1.337
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	0	0	0
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	396	66	378
TOTAL		5.543	4.732	5.609



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	212	203	54
Exceções de Incompetência	8	6	9
Antecipações de Tutela	350	349	14
Impugnações à Sentença de Liquidação	18	7	26
Embargos à Execução	121	89	84
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	4	4	5
TOTAIS	713	658	192

CORREIÇÃO ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	193	163	50
Exceções de Incompetência	14	2	13
Antecipações de Tutela	370	350	29
Impugnações à Sentença de Liquidação	40	18	25
Embargos à Execução	67	40	52
Embargos à Arrematação	0	0	0
Embargos à Adjudicação	0	0	0
Exceções de Pré-Executividade	13	8	6
TOTAIS	697	581	175



6 - RECURSOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	558	516	190
Recurso Adesivo	28	19	32
Agravo de petição	52	37	27
Agravo de Instrumento	5	1	3
TOTAIS	643	573	252

CORREIÇÃO ANTERIOR

6 - RECURSOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	491	479	181
Recurso Adesivo	34	30	26
Agravo de petição	35	29	16
Agravo de Instrumento	8	1	5
TOTAIS	568	539	228



7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	460	140	200	151
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.512	305	348	303
Total / Média	1.972	267	319	267

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	465	165	199	156
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.407	320	362	316
Total / Média	1.872	282	329	277

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	216	36	28	29
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	808	39	36	43
Total / Média	1.024	39	35	40

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	130	177	230	250
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	489	269	261	318
Total / Média	619	249	256	305

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	909	2.230	1.401	2.176
Do início ao encerramento da execução - ente público	63	942	832	968
Total / Média	972	2.147	1.335	2.121

*Do início até a extinção da execução



CORREIÇÃO ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	606	184	183	155
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.522	296	341	292
Total / Média	2.128	264	305	255

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	578	192	188	165
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.410	301	343	302
Total / Média	1.988	269	306	263

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	290	34	27	24
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	796	41	40	36
Total / Média	1.086	39	38	33

7.2 - Fase de liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	86	181	211	229
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	411	211	239	225
Total / Média	497	205	234	226

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	428	1.656	1.789	1.625
Do início ao encerramento da execução - ente público	41	982	951	965
Total / Média	469	1.597	1.701	1.585

*Do início até a extinção da execução

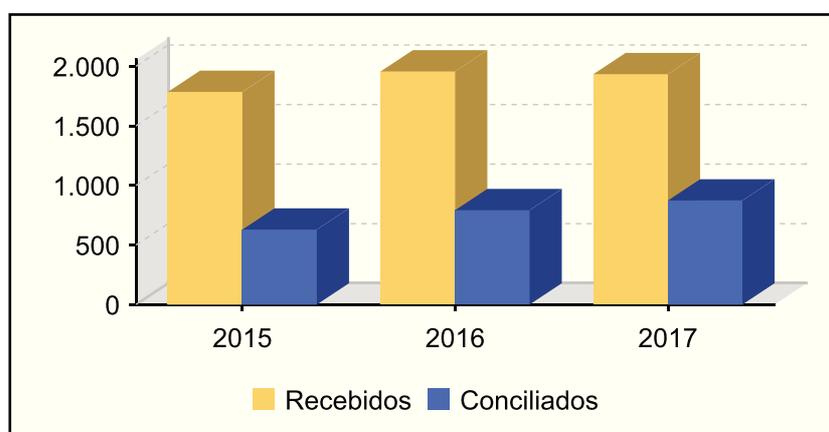


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

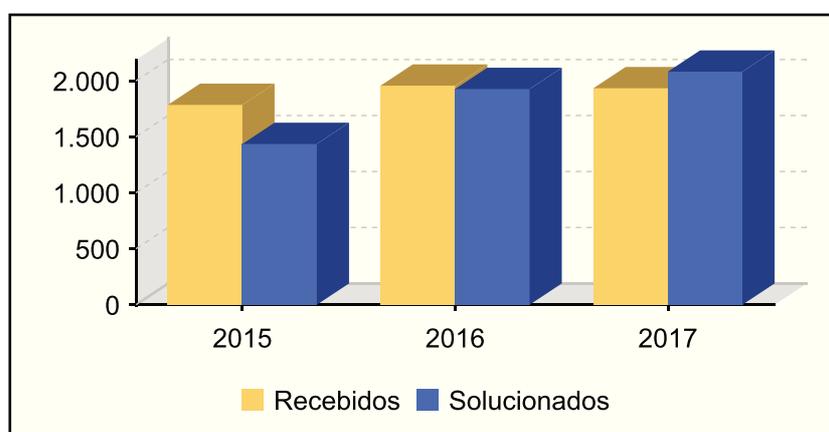
8.1 - Índice de conciliações [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2015	1.785	629	35,24
2016	1.957	792	40,47
2017	1.934	873	45,14



8.2 - Índice de soluções [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.785	1.436	80,45
2016	1.957	1.927	98,47
2017	1.934	2.082	107,65



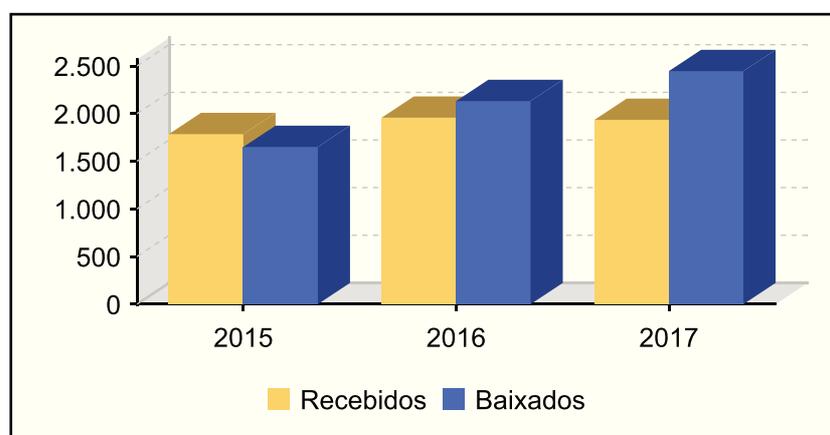


8 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

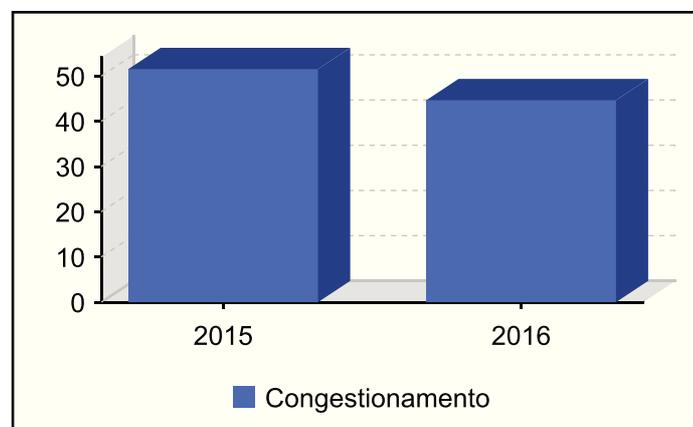
8.3 - Índice de baixas [até 12/2017]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2015	1.785	1.650	92,44
2016	1.957	2.132	108,94
2017	1.934	2.446	126,47



8.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2015	1.179	1.785	1.436	51,55
2016	1.526	1.957	1.927	44,67

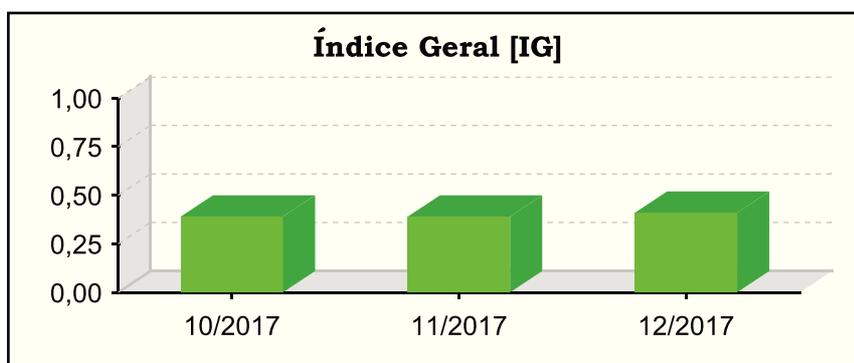
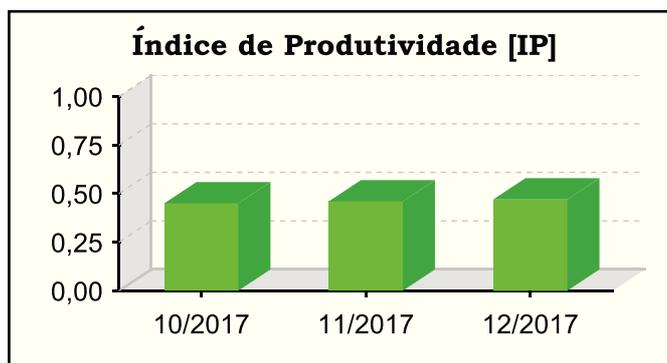
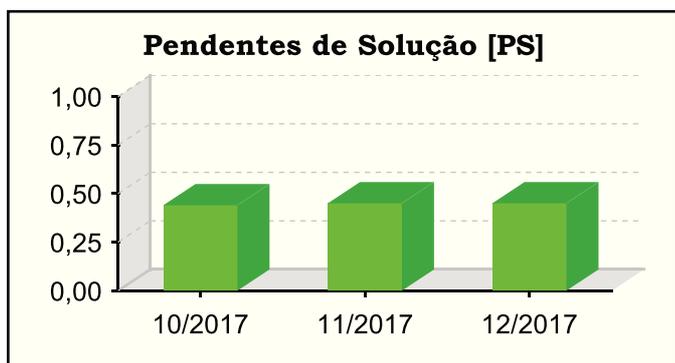
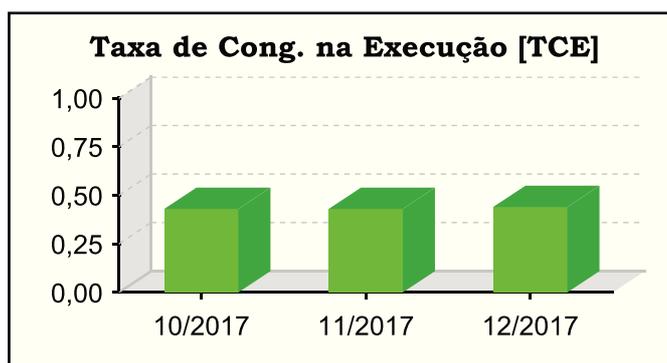
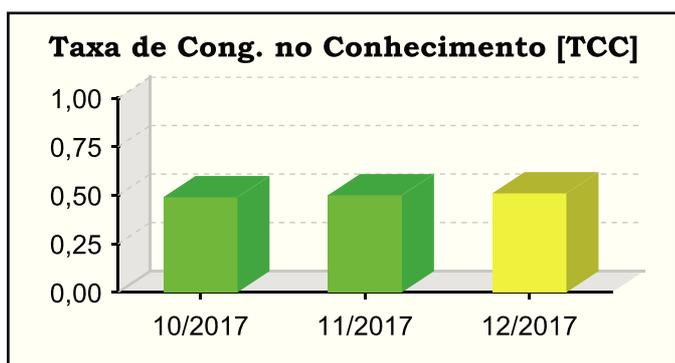




9 - MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO - MGD:

(fonte: e-SInCor MGD)

DATA MGD	TCC	TCE	PS	IP	IG
10/2017	0,49	0,43	0,44	0,45	0,39
11/2017	0,50	0,43	0,45	0,46	0,39
12/2017	0,51	0,44	0,45	0,47	0,41





10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	873	72,8	43,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	895	74,6	44,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.768	147,3	88,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	314	26,2	15,6
Incidentes Processuais Resolvidos	695	57,9	34,6
Dias-Juiz	603	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.461	63,7	38,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	32.070	83,5	50,8
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	56.531	147,2	89,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.018	20,9	12,7
Incidentes Processuais Resolvidos	19.652	51,2	31,1
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	131.137	71,4	44,9
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.612	89,1	56,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	294.749	160,5	101,0
Processos solucionados - sem exame de mérito	49.411	26,9	16,9
Incidentes Processuais Resolvidos	114.947	62,6	39,4
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

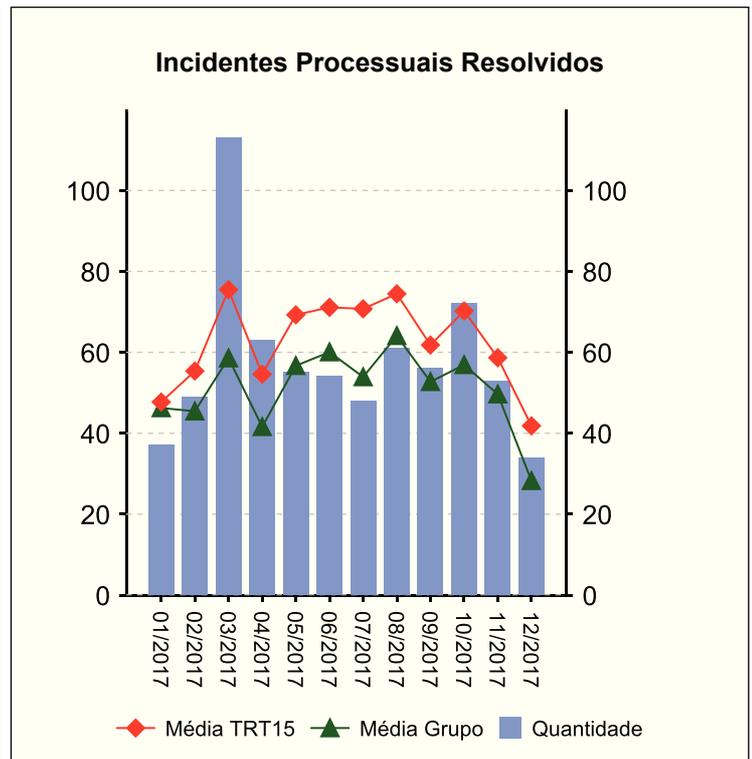
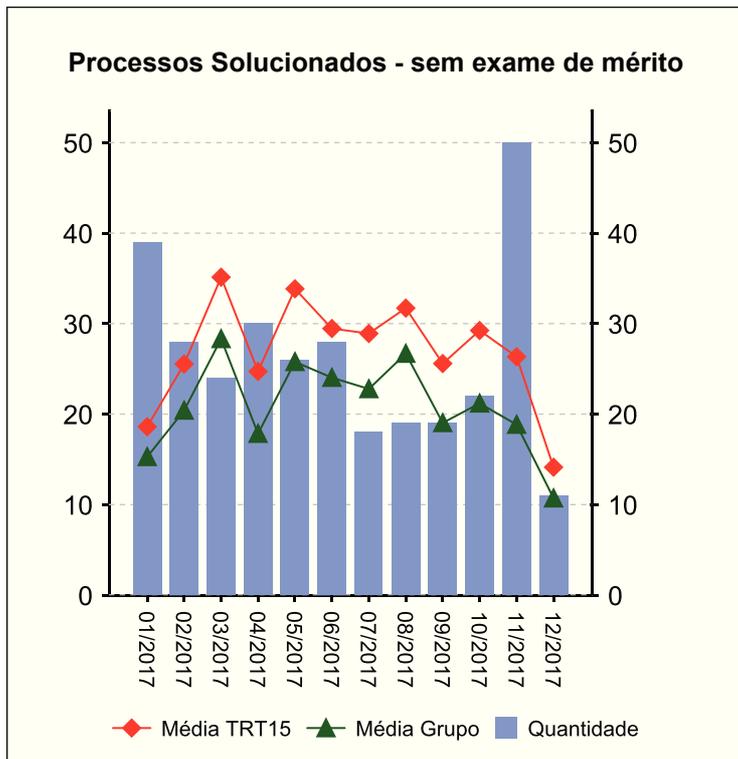
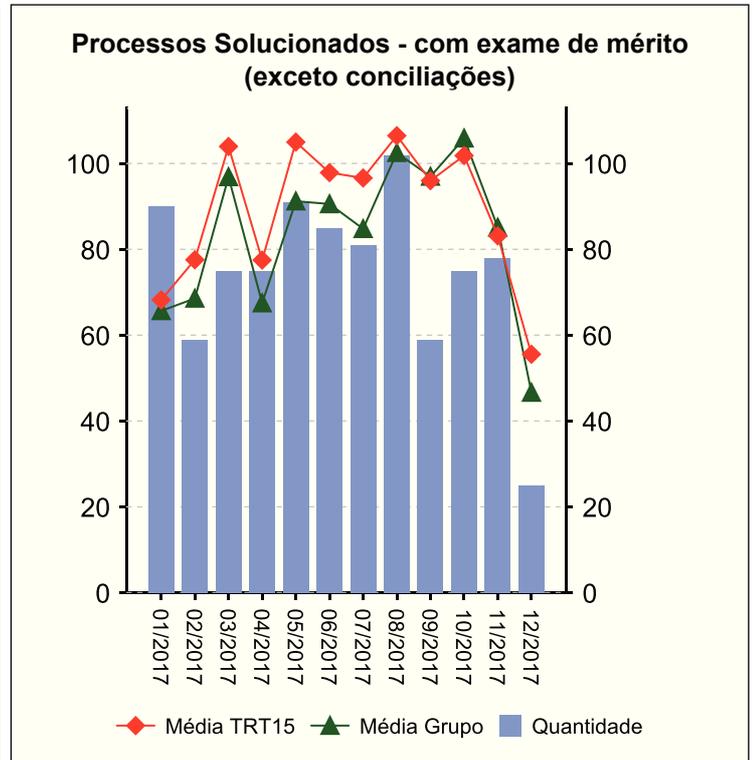
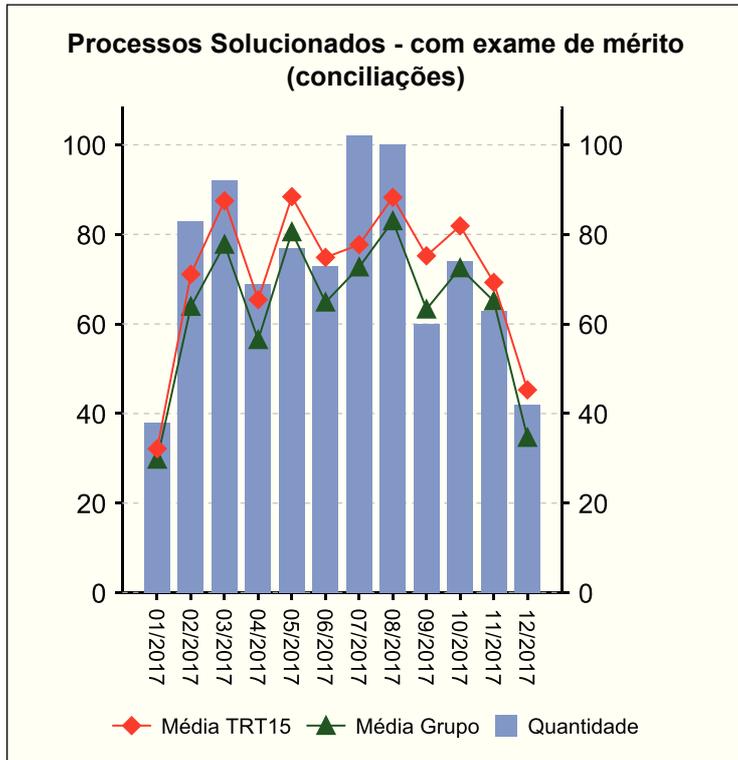
*Aferição de Resultado Individual Aproximado



10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.277	106,4	63,5
Sessões de audiência realizadas - instrução	606	50,5	30,1
Sessões de audiência realizadas - una	471	39,3	23,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	28	2,3	1,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	314	26,2	15,6
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.077	89,8	53,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	342	28,5	17,0
Dias-Juiz	603	50,3	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	18.944	49,3	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	87.586	47,7	---

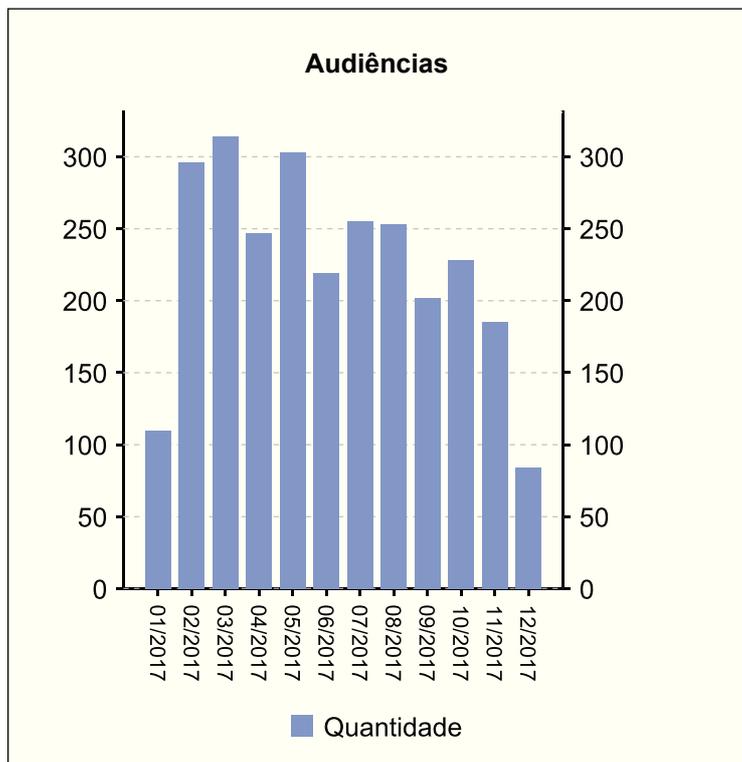


10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

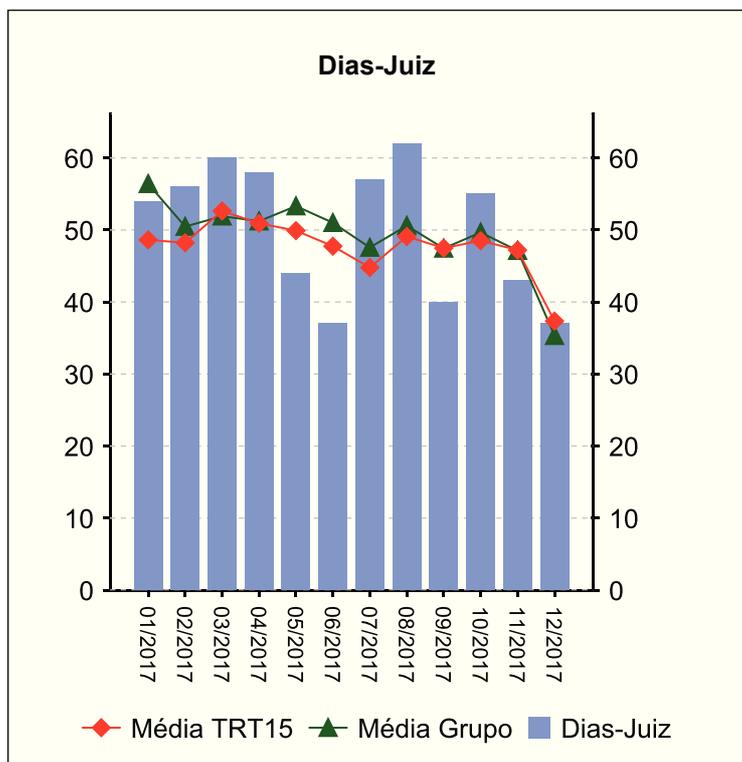
[01/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
01/2017	0	0	65	24	21	110
02/2017	5	27	160	58	46	296
03/2017	3	32	173	62	44	314
04/2017	3	6	120	52	66	247
05/2017	10	38	128	63	64	303
06/2017	2	23	110	39	45	219
07/2017	0	50	110	47	48	255
08/2017	3	40	80	79	51	253
09/2017	0	56	81	44	21	202
10/2017	0	15	104	69	40	228
11/2017	0	26	104	39	16	185
12/2017	2	1	42	30	9	84
Total	28	314	1277	606	471	2696



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
01/2017	54
02/2017	56
03/2017	60
04/2017	58
05/2017	44
06/2017	37
07/2017	57
08/2017	62
09/2017	40
10/2017	55
11/2017	43
12/2017	37
Média Mensal	50,3



CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	814	67,8	38,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	864	72,0	40,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.678	139,8	79,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	330	27,5	15,6
Incidentes Processuais Resolvidos	581	48,4	27,5
Dias-Juiz	633	52,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	24.111	62,8	42,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	24.642	64,2	43,2
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	48.753	127,0	85,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.626	22,5	15,1
Incidentes Processuais Resolvidos	17.088	44,5	30,0
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	127.892	69,7	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	136.918	74,6	48,9
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	264.810	144,2	94,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	50.547	27,5	18,0
Incidentes Processuais Resolvidos	95.893	52,2	34,2
Dias-Juiz	84.054	45,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

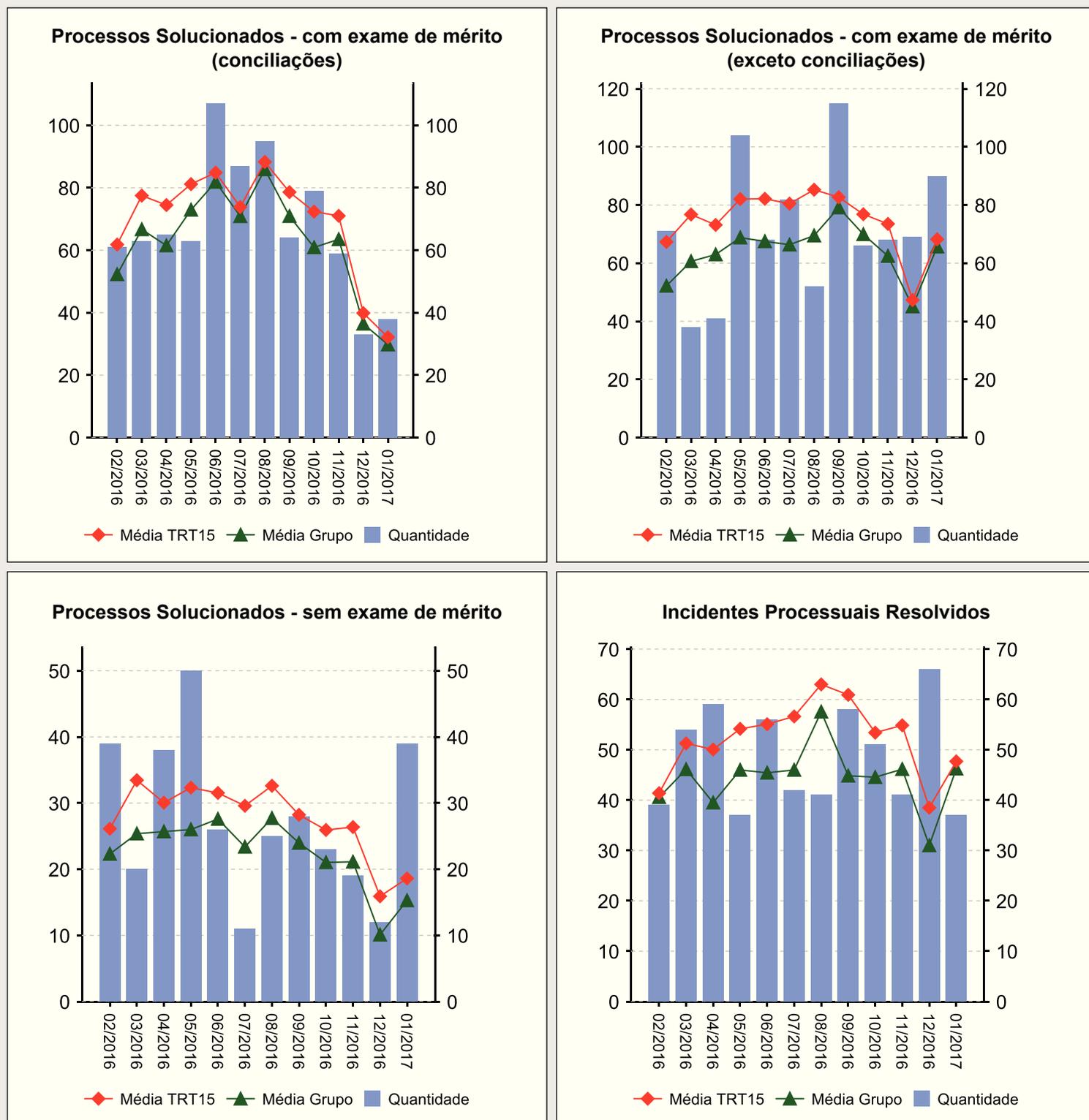


CORREIÇÃO ANTERIOR

10.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS [02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	1.601	133,4	75,9
Sessões de audiência realizadas - instrução	525	43,8	24,9
Sessões de audiência realizadas - una	519	43,3	24,6
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	115	9,6	5,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	255	21,3	12,1
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.044	87,0	49,5
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	370	30,8	17,5
Dias-Juiz	633	52,8	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	17.114	44,6	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.054	45,8	---



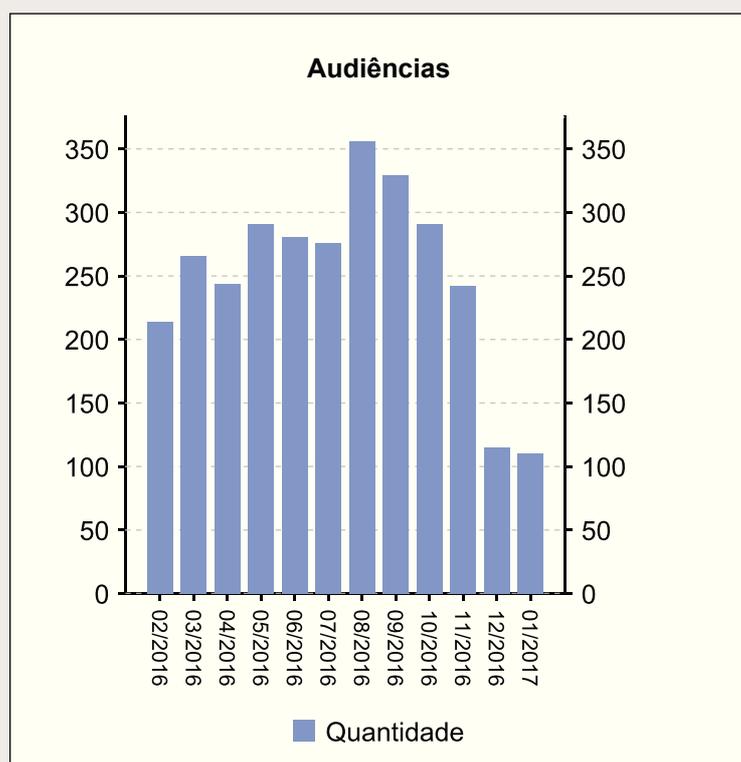
CORREIÇÃO ANTERIOR

10.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

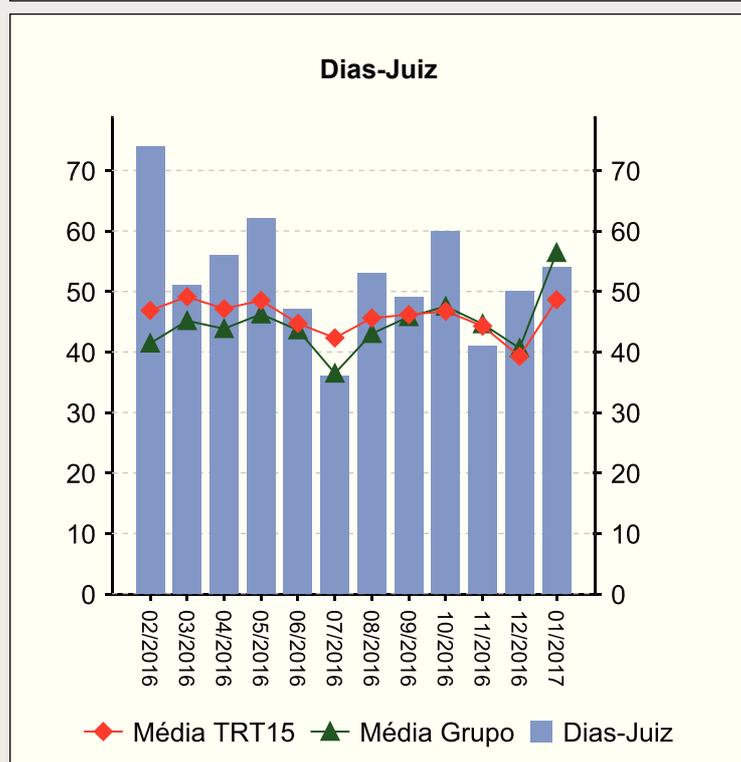
[02/2016 a 01/2017]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
02/2016	1	11	117	32	53	214
03/2016	23	38	122	38	45	266
04/2016	19	21	120	39	45	244
05/2016	17	16	143	48	67	291
06/2016	10	38	115	55	63	281
07/2016	21	8	169	39	39	276
08/2016	8	25	201	65	57	356
09/2016	1	43	184	52	49	329
10/2016	5	24	163	57	42	291
11/2016	9	28	138	46	21	242
12/2016	1	3	64	30	17	115
01/2017	0	0	65	24	21	110
Total	115	255	1601	525	519	3015



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
02/2016	74
03/2016	51
04/2016	56
05/2016	62
06/2016	47
07/2016	36
08/2016	53
09/2016	49
10/2016	60
11/2016	41
12/2016	50
01/2017	54
Média Mensal	52,8



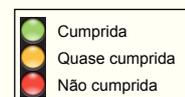
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar 90% dos processos recebidos no ano corrente

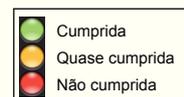
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1934	2082	1741	0	161	174	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2015

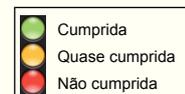
Processos distribuídos até 31/12/2015	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
1785	1607	1728	0	174	36	21 %	100 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar 90% do total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
524	1030	472	0	44	86	100 %





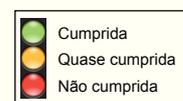
11 - METAS NACIONAIS 2017:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2017, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014

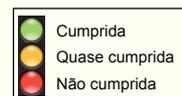
Processos pendentes da meta em 31/12/2014	Processos solucionados a partir de 01/01/2015	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
19	18	0.62	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2016	Prazo Médio em 2017	Meta	Grau de Cumprimento
268	283	257	90 %





12 - ARRECAÇÃO [02/2017 a 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS	IMPOSTO DE RENDA	EMOLUMENTOS	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 40.129,60	R\$ 74.344,50	R\$ 1,00	R\$ 896.669,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



13 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 12/2017]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2013	1
2014	29
2015	82
2016	373
2017	1027



14 – ANÁLISE DO QUADRO DE PESSOAL:

Média Trienal de Processos (Conhecimento e Execução)	Lotação Paradigma (Resolução nº 219/2016 do E. CNJ)	Lotação Adicional	Lotação Final (sem OJA)	Lotação (Oficial de Justiça Avaliador)
2.281	9	0	9	0

Fonte: Portaria GP nº 39/2017

A Resolução nº 219/2016 do E. CNJ instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. Por sua vez, a Portaria GP nº 39/2017, de 26/06/2017, aprovou a lotação quantitativa para a primeira instância do TRT da 15ª Região.

Observando a lotação da unidade (item 3.1), constata-se que o número atual de 09 servidores está dentro dos parâmetros fixados na referida Portaria.

Foi informado pelo gestor que na Unidade também atuam 02 assistentes de Juiz.

15 – ACERVO DA UNIDADE:

15.1 – PROCESSOS SEM TRAMITAÇÃO:

(fonte: informação da Unidade em 14/02/2018)

PJe		SAP	
Data de corte:	09/01/2018	Data de corte:	09/01/2018
Saldo:	210	Saldo:	17
Data do mais antigo:	06/10/2017	Data do mais antigo:	13/09/2017
		Total:	227

15.2 – INFORMAÇÕES SOBRE O MAPEAMENTO GLOBAL DE DESEMPENHO – MGD:

O mapeamento global de desempenho (MGD) criado pela Corregedoria Regional e regulamentado pela Portaria CR nº 17/2014 é um leitor de cenários que disponibiliza aos gestores o índice de desempenho da atividade judiciária pela média comparativa de



resultados, considerando a força de trabalho. No último relatório disponibilizado é possível verificar os índices da Unidade, destacando seu Índice Geral (IG) de 0,41, doze pontos percentuais menor que na última correção (01/2017), cujo mesmo índice registrou 0,53.



Esse índice já demonstra o empenho dos gestores na condução dos processos judiciais e dos processos de trabalho. Além disso, como registrado no item anterior, não há saldo expressivo de processos sem tramitação há mais de 30 dias. Por tais motivos são consignados elogios.

16 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 26 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

16.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários e agravos de petição interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”, a exemplo dos processos nº 0011705-79.2016.5.15.0005, 0011183-52.2016.5.15.0005 e 0010343-13.2014.5.15.0005;

16.2 – ordena, imediatamente após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento, a exemplo dos processos nº 0010805-96.2016.5.15.0005, 0010981-12.2015.5.15.0005 e 0011326-75.2015.5.15.0005;

16.3 – não determina a citação do(s) sócio(s) quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou, não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora, porém a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, nos termos do artigo 133 a 137 do CPC;

16.4 – faz uso dos sistemas BACENJUD (e em consulta em 27/02/2018, verificou-se a existência de 406 protocolos nos últimos 12 meses, com 08 pendências) e INFOJUD (a exemplo dos processos nº 0010251-30.2017.5.15.0005, 0080200-64.2005.5.15.0005 e 0000380-15.2013.5.15.0005);

16.5 – há audiências designadas em quatro dias da semana;

16.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 314 no período de 01/2017 a 12/2017;

16.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.



Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema, mormente liquidação de sentença, quitação, oposição de embargos, e data de conclusão ao MM. Juiz para sentença e incidentes; além do número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

17 – PROCESSOS SOLUCIONADOS:

A Unidade apresenta índice de 0,45 nos processos pendentes de solução no último relatório do MGD. Esse saldo é composto da soma daqueles que aguardam a primeira sessão de audiência, dos que aguardam o encerramento da instrução processual e dos que aguardam a prolação da sentença. Trata-se de variável cuja aferição é feita mediante a divisão do valor apurado na Unidade pelo maior coeficiente dessa variável no grupo em que se insere. Comparada assim à unidade do grupo com maior quantidade de processos pendentes de solução, a 1ª Vara do Trabalho de Bauru apresenta 45% do maior saldo de processos pendentes.

Conforme item 10.1 da presente Ata, a Unidade contou com média de 50,3 dias-juiz nos últimos doze meses, superior à média do grupo (49,3) e inferior aos dias-juiz apurados na última correição (52,8).

Também se observa que, proporcionalmente a essa disponibilidade de magistrados, a Unidade alcançou média mensal (RARIA) de 43,4 processos solucionados por meio de conciliações, superior às médias de referido grupo (RARIA 38,7) e da última correição (RARIA 38,6). Por outro lado, excetuando-se as conciliações, a média de processos solucionados com exame de mérito, considerando-se a média proporcional a um magistrado presente ao longo de cada mês (RARIA) foi de 44,5, inferior à média do grupo, de 50,8 (RARIA) e superior à última correição (RARIA de 40,9). Assim, no mesmo período, a média total de solucionados com exame de mérito foi de 88,0 (RARIA) na Unidade, inferiores à média do grupo 89,5 (RARIA) e ao RARIA de 79,5 apurado na última correição.

Nesse sentido, destaca-se também não ter sido cumprida no último ano a Meta 5 da Justiça do Trabalho (reduzir em 4% o prazo médio do conhecimento, com 90% de cumprimento) – conforme item 11.



18 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pelo gestor da Unidade em 14/02/2018, há audiências agendadas com regularidade até:

TIPO	DESIGNADAS COM REGULARIDADE ATÉ	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (EM DIAS)
INICIAIS/ Ord:	25/04/2018	-	70
INICIAIS/ Sum:	-	-	-
UNAS/ Ord:	-	-	-
UNAS/Sum:	12/06/2018	-	118
INSTRUÇÕES/Ord:	14/11/2018	16	273
INSTRUÇÕES/Sum:	-	-	-
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-

Observação: Foi informado pela Unidade que a pauta não é automatizada. Não é utilizado o conceito de pauta “inteligente”, com análise dos feitos para eventual retirada de pauta. A Unidade não inclui feitos que envolvam órgãos públicos em pauta.

Processos cuja instrução dependa de prova pericial são incluídos em pauta, havendo designação de nova data nos casos em que for necessário colher mais provas.

18.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS (fonte: Vara do Trabalho)

18.1.1 – JUIZ TITULAR/JUIZ SUBSTITUTO

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						
	tarde						
terça	manhã						
	tarde						
quarta	manhã						0
	tarde			6			6
quinta	manhã	3	2	2			7
	tarde	2	8	3			13
sexta	manhã						



	tarde						
--	-------	--	--	--	--	--	--

18.1.2 – JUIZ SUBSTITUTO AUXILIAR

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã						0
	tarde			6			6
terça	manhã	3	2	2			7
	tarde	2	8	3			13
quarta	manhã						
	tarde						
quinta	manhã						
	tarde						
sexta	manhã						
	tarde						

18.2 – MEDIDAS EFETIVAS DE INCENTIVO À MEDIAÇÃO:

O gestor informou serem adotadas na Unidade medidas de incentivo à mediação, apontando que estão sendo realizadas duas pautas por mês e são realizadas pelas Assistentes de Juiz, contando com apoio do Magistrado presente na Unidade.

As mediações são feitas em processos com audiência UNA ou Instrução marcadas para datas futuras, com o objetivo de abreviar o tempo de tramitação.

Além disso, são designadas audiências de conciliação, as quais são realizadas pelo CEJUSC Bauru, cerca de 30 processos por pauta semanal.

Frisa-se a importância desse meio de solução consensual de conflitos, que, estatisticamente, consiste em instrumento de auxílio e desafogamento do Judiciário, bem como de pacificação social, solução e prevenção de litígios.

18.3 – ANÁLISE:

A Unidade realizou média (RARIA) de 53,6 audiências unas e de instrução maior que o resultado verificado na última correição 49,5 (item 10.2), proporcionalmente à disponibilidade média de magistrados (RARIA).



O prazo médio (item 7) do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução é de 267 dias, menor que o de seu grupo (319 dias).

Observa-se ainda que no rito sumaríssimo esse prazo é de 140 dias, em média, enquanto nos demais processos, o prazo médio é de 305 dias. Indica-se assim, haver priorização das audiências no rito sumaríssimo.

Em comparação com o verificado na última correição, esse prazo médio aumentou um pouco, de 264 para 267 dias.

Além disso, como indicado no item 4, no período observado o saldo de processos aguardando encerramento da instrução é de 863, quantidade maior que a média de seu grupo (664) e que a do Fórum (782), mas demonstrando tendência de diminuição desde a última correição (937).

Considerando haver audiências de instrução até 14/11/2018 e o fato de haver 16 processos aguardando o agendamento de audiências de instrução, determina-se que o Juízo apresente plano de trabalho, a fim de promover redução do prazo para realização das audiências de instrução, sobretudo, com priorização dos feitos de procedimento sumaríssimo.

Registra-se, ainda, que na ata anterior a unidade contou com 52,8 dias-juiz e realizou 3.015 audiências. Na presente ata apurou-se 50,3 dias-juiz e 2.696 audiências realizadas (item 10.2).

19 – CONSTATAÇÕES:

Após a exposição dos principais índices da Unidade a toda a equipe, foi realizada reunião com o gestor e sua assistente e foram abordados os seguintes assuntos:

- designação de pauta de instrução/prosseguimento, independentemente, da conclusão do laudo pericial;
- o controle de perícias tem funcionado eficazmente na unidade;
- honorários prévios são estipulados apenas nas perícias médicas;
- reiteradas inobservâncias de prazos para entrega de laudo, ensejam a destituição do perito;
- padronização de nomenclatura das subcaixas implementado;
- conclusão para magistrado (PAN/movimento 51). A Corregedoria constata que a Unidade tem criada a subcaixa “Razões Finais”, na caixa “Cumprimento de providências”. A medida evita processos fora do fluxo e revela observância da Portaria GP-CR 89/2015 que



regulamenta o lançamento de conclusão para magistrado para prolação de sentença e decisão de incidentes processuais. Assim, recomenda-se o acompanhamento frequente de movimentação de processos da subcaixa de “Razões Finais”. Para os processos físicos, a Corregedoria recomenda a extração de relatórios semanais para gestão das razões finais;

- audiências de mediação na fase de conhecimento são conduzidas pelas assistentes de juízes, ambas capacitadas no curso de mediação, sem prejuízo daquela designação pauta automática, sendo irrelevante a ausência de qualquer das partes à mediação. Em face disso, reitera-se a sugestão do item 18.3 para a realização de audiência “Mediação/UNA” e “Mediação/INI”;

- tarefa “minutar expediente de Secretaria”. Vencido o prazo para manifestação da homologação da conta de liquidação dos processos da AJAX BATERIAS, o processo tem início na fase de execução e nessa tarefa aguarda a confecção das certidões de habilitação de crédito. O gestor esclarece que a redução de processos na tarefa deve ocorrer, após a capacitação de servidor que minuta-las-á.

Reunião conjunta com os gestores das varas e da CGC, onde foram abordados os seguintes assuntos:

- Maior atenção com os processos que estão nas instâncias superiores, devendo se evitar a renovação automática do prazo para retorno dos autos, sem consulta prévia à tramitação do processo em si;

- PJeCalc. A Corregedoria faz a lembrança de que o PJeCalc representa uma evolução do JurisCalc que, por sua vez, foi uma evolução do SAP1G. Dito isso, não há mais possibilidade de atualização de valores pelo SAP1G;

- Sugestões de melhoria e aprimoramento do sistema PJe devem ser encaminhadas ao Comitê Gestor Regional do PJe, por meio do endereço eletrônico comitepje@trt15.jus.br para apreciação e, após avaliação, encaminhamento ao Comitê Nacional correspondente;

- Reposição/substituição de servidores requisitados. Considerando a aposentadoria próxima de servidores requisitados e a Lei Municipal nº 4.712 de 28 de agosto de 2001 que autoriza a celebração de convênio de cooperação entre o Poder Executivo Municipal de Bauru com este Tribunal Regional, para a cessão de pessoal administrativo, no número de seis (06) funcionários públicos municipais, ocupantes de cargos efetivos, os gestores demandam a nomeação de outros requisitados, em substituição àqueles que estão na proximidade da aposentadoria. Senão, a reposição imediata, logo após as aposentadorias. Nesse sentido, a Corregedoria levará o assunto a conhecimento da Secretaria de Gestão de Pessoas.



- processos ao CEJUSC. Triagem e efeitos. A sugestão é que cada vara indique os parâmetros de processos ao CEJUSC, bem como, os efeitos que podem advir do insucesso das tentativas de conciliação;

- alerta-se que a informação de prazo “0” (zero) para expedientes no PJe implica o não encaminhamento do processo para a pasta de vencimento de prazo correta, razão pela qual a Unidade não deve se valer desta prática;

- orientação para que não seja lançado prazo nas expedições de cartas precatórias, porquanto o sistema não reconhece o seu início. Consequentemente, não ocorre seu vencimento automático. Segundo o fluxo processual correto, processos que aguardam o retorno de carta precatória devem permanecer na tarefa “Cumprimento de providências”, em subcaixa da quinzena estimada.

20 – RECOMENDAÇÕES:

20.1 – reitera-se, com fundamento na Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012, que ao menos no PJe fique sob responsabilidade dos assistentes de juiz a confecção das minutas das sentenças, dos embargos e das tutelas antecipadas, sendo que a ordem judicial nelas contidas deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas, de forma que o servidor que minutar o despacho ou a decisão dará imediato cumprimento à respectiva determinação, confeccionando eventuais expedientes subsequentes, inclusive os atos de comunicação que se fizerem necessário.

21 – DETERMINAÇÕES:

21.1 – envidar esforços para alcançar as Metas do E. CNJ e Justiça do Trabalho, especialmente considerando que em 2017, conforme registro no item 11 desta Ata não foi integralmente cumprida a Meta 5, JT (reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2016), com 90% de cumprimento;

21.2 – priorizar os atos processuais referentes aos feitos que aguardam pagamento ou garantia da execução, para início célere da execução, bloqueio de valores, e migração para o PJe;

21.3 – consultar os relatórios de pendências (“*ordens judiciais – ordens judiciais por juízo – pendência: bloqueios efetivados sem qualquer desdobramento*”) e velar diariamente



para que em caso de bloqueio efetivado via BACENJUD haja pronta emissão de ordem de transferência dos valores para uma conta em banco oficial ou emissão de ordem de desbloqueio, conforme Ofício Circular nº 09/2017-CR;

21.4 – utilizar regularmente as ferramentas CNIB e SIMBA, além das ferramentas já adotadas, pelo exaurimento das iniciativas do juízo com objetivo de tornar exitosa a execução dos feitos,

21.5 – observar a regularidade de procedimentos para envio de bens e processos às hastas públicas unificadas, as quais estão previstas no Provimento GP-CR 03/2014 e no itens I a IV da Ordem de Serviço CR nº 4, de 24 de fevereiro de 2016, evitando-se a retirada de bens para regularização posterior, assim como observar que após a inclusão do bem em hasta, na hipótese de acordo ou remição no processo o leiloeiro fará jus ao recebimento de comissão (sendo necessário o registro correspondente e não como “excluído de hasta”) e que na hipótese de o credor adquirir o bem, deverá fazê-lo na condição de arrematante;

21.6 – que o Juízo apresente plano de trabalho, a fim de promover redução do prazo para realização das audiências de instrução, sobretudo, com priorização dos feitos de procedimento sumaríssimo, no prazo de 15 dias, a partir da publicação da ata.

22 – PROCESSOS ANALISADOS:

Foram analisados, por amostragem, processos da Unidade, entre os dias 23/02/2018 e 27/02/2018, dentre os quais ensejam determinações os abaixo relacionados:

ORDEM	PROCESSO	SITUAÇÃO	DETERMINAÇÃO
1	0010941-30.2015.5.15.0005 0010403-78.2017.5.15.0005 0010941-30.2015.5.15.0005 0011334-81.2017.5.15.0005 0010004-15.2018.5.15.0005	Processos eletrônicos na tarefa “concluso ao magistrado” desde 08/02/2017, 19/02/2017, 15/02/2018 e 16/02/2018, respectivamente.	Tramitar imediatamente os processos, vinculando-o ao magistrado, para prolação de sentença, na forma da Portaria GPCR Nº 89/2015.
2	0010445-64.2016.5.15.0005	Processos eletrônicos na tarefa “minutar decisão – conversão em diligência” desde 09/11/2017, respectivamente. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.	Dar prosseguimento ao feito.
3	0010594-31.2014.5.15.0005 0010475-70.2014.5.15.0005 0010032-85.2015.5.15.0005	Processos eletrônicos na tarefa “Reexame necessário ” desde 14/01/2016 e 15/2/2017, respectivamente, sem notícia de	Dar prosseguimento aos feitos. Além disso, tramitar os processos com efetividade, o que pressupõe sua análise e realização de todos os atos que



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



		problema técnico e/ou abertura de chamado. A existência de processos nas tarefas intermediárias indica a ausência de tramitação efetiva, nos termos do art. 2, IV, da Portaria GP-VPJ-CR nº 07/2012.	impulsionem para o próximo ato independentemente de procedimentos internos. Observar ainda que a ordem judicial deve ser cumprida sem fracionamento de tarefas.
4	0117000-52.2009.5.15.0005	Processo eletrônico na tarefa “análise de execução” desde 01/12/2017. Há outros 144 processos na tarefa, inclusive feitos com alerta de prioridade.	Dar prosseguimento ao feito. Ainda, frisa-se ser essa uma tarefa intermediária, na qual os feitos não devem ser mantidos.
5	0010920-54.2015.5.15.0005	Processo eletrônico na tarefa “cumprimento de providências – Oficial de Justiça” desde 23/5/2017. A existência de processos	Dar prosseguimento ao feito.
6	0010551-26.2016.5.15.0005	Processo eletrônico na tarefa Minutar despacho – exec” pendente desde 09/11/2017, sem notícia de problema técnico e/ou abertura de chamado. Há outro processo na mesma situação.	Regularizar os processos.
7	0011086-86.2015.5.15.0005	Processo eletrônico na tarefa Minutar expediente de secretaria” pendente desde 15/02/2017, sem notícia de problema técnico e/ou abertura de chamado. Há 46 outros processos na mesma situação.	Dar prosseguimento ao feito. Ainda, frisa-se ser essa uma tarefa intermediária, na qual os feitos não devem ser mantidos.
8	0073400-93.2000.5.15.0005 0166800-30.2001.5.15.0005 0001762-43.2013.5.15.0005	Processo físico a ocorrência desde 18/04/2016, 17/7/2017 e 19/04/2016, respectivamente, dentro da variável 342 – pendentes de finalização da fase de conhecimento. Não houve lançamento da ocorrência ARQ após desarquivamento.	Regularizar os processos.
9	0128200-03.2002.5.15.0005	Processo físico na ocorrência RMJ – Remetido à Distribuição dos Feitos das VTs de Umuarama desde 17/12/2013, dentro da variável 342 – pendentes de finalização da fase de conhecimento.	Regularizar os lançamentos.
10	0000534-04.2011.5.15.0005 0000477-49.2012.5.15.0005	Processos físicos na ocorrência “RMA – remetido ao arquivo”, com pendência de pagamento de RPV no e-GESTÃO. Não houve registro do pagamento da RPV.	Regularizar o lançamento no SAPIG de valores já pagos (RPV quitados), para a transparência dos dados no e-GESTÃO.
11	0010352-72.2014.5.15.0005	No prazo para esclarecimentos do perito – 30 dias – não foi intimado o perito ainda, só as partes, por DJE	Dar cumprimento, intimando-se o Sr. perito.

23 – VISITAS E ATENDIMENTOS:

Comparecem a Vice-Presidente da 21ª Subseção da OAB de Bauru Dra. Márcia R. N. F. Polentini, OAB/SP nº 201.443, o Coordenador Dr. José A. de Sena Jesus, OAB/SP nº 126.298, e o Vice-Coordenador Dr. Luiz Fernando Bobri Ribas, OAB/SP Nº 74.357 e fazem os seguintes apontamentos:



- preocupação com a movimentação processual, nada obstante o advento do processo judicial eletrônico, sobretudo, quanto à não reposição dos deltas nas unidades do Fórum Trabalhista de Bauru. No aspecto, o Desembargador Corregedor explicita as condições que foram estabelecidas para eventuais nomeações de reposição de servidores que se aposentaram, o reduzido número de nomeações que foram autorizadas pelo CSJT, bem como, as ferramentas e possibilidades que a Corregedoria vem criando, com o objetivo de suprir eventuais carências de pessoal;

- compartilham do entendimento de que há necessidade de criatividade e de melhora na gestão de processos e atividades;

- reconhecem algumas dificuldades com o PJeCalc a serem superadas, assim como, comprometem-se a incentivar seu uso nesta 21ª Subseção da OAB de Bauru, uma vez que compreendem que é meio para dar celeridade à tramitação dos processos;

- apontam as dificuldades que foram enfrentadas com o elevado número de publicações concomitantes que ocorreram tão logo elas foram retomadas, após o período de recesso e início de ano;

- apontam as dificuldades quanto aos processos triados pelas varas que são incluídos na pauta do CEJUSC, cuja possibilidade de acordo é extremamente remota. Nesse ponto, a OAB se propõe a auxiliar a unidades na triagem;

- ilustram processos que recebem a quitação pela executada Fundação Casa Centro de Atendimento Sócio Educativo ao Adolescente, sem a correspondente comunicação nos autos e conseqüente prejuízo da liberação do crédito para o exequente (*e.g. que* 0001035-57.2012.5.15.0090 da 3ª VT de Bauru).

- processos com recurso de revista seguem já digitalizados para o TST, o que entende a OAB pode ser aproveitado para as suas migrações ao sistema eletrônico;

- pleito para estender a utilização do estacionamento do Fórum para os advogados. Neste ato, os advogados presentes levarão a conhecimento da sua Presidência de Subseção para firmarem termo de compromisso com este Fórum Trabalhista;

- preparação e oferta de estagiários para atos meramente ordinatórios.

24 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

24.1 – A MMª Juíza Titular Ana Claudia Pires Ferreira de Lima reside na jurisdição;

24.2 – O Juiz Substituto Auxiliar Fixo Breno Otriz Tavares Costa está autorizada a residir fora da sede da circunscrição (PA 0000015-98.2013.5.15.0897);



24.3 – O Exmo. Desembargador Corregedor Regional conversou reservadamente com os Magistrados sobre eventual atraso na prolação de sentença;

24.4 – Foi informado pelo Sr. Diretor de Secretaria que o edital de correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição;

24.5 – Sem prejuízo de prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação do(a) Diretor(a), pontualmente, sobre todas as determinações e recomendações, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4360/2016.

25 – ENCERRAMENTO:

No dia 08 de março de 2018, às 19 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Ayrton Rocha, Coordenador de Apoio ao Corregedor Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pelo Excelentíssimo Desembargador Corregedor Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.